

ESTIGMAS: DA INTEGRAÇÃO A INCLUSÃO, UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA.

Avaci Duda Xavier¹

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

avacix@hotmail.com

Orientador: Eduardo Gomes Onofre²

RESUMO: O presente texto teve como objetivo analisar os estigmas que ainda circundam a inclusão da pessoa com deficiência na educação básica. Tomamos como referencial teórico os trabalhos de Barbosa (2006), Goffman (1963), Mantoan (2007), Mazzota (1996), Sasaki (2010) entre outros. O artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos menciona que ao homem devem ser assegurados seus direitos e sua liberdade. Baseados nesse pensamento, realizamos uma pesquisa bibliográfica, que nos deu subsídios para identificar as barreiras que inibem a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência na escola, contribuindo para a diminuição dos estigmas.

Palavras-Chave: Educação especial. Estigmas. Inclusão. Integração.

ABSTRACT:

The present text has had the goal to analyze the stigmas that still surround the inclusion of people with disabilities in basic education. We based on the theories from Barbosa (2006), Goffman (1963), Mantoan (2007), Mazzota (1996), Sasaki (2010) among others. Article I from the Universal Declaration of Human Rights express that the human being should be guaranteed their rights and their freedom. Based on this thought, we have executed a literature search, which gave us aid to identify barriers that inhibit the effective inclusion of people with disabilities in school, contributing to the reduction of the stigmas.

Key-words: Special Education. Stigmas. Inclusion. Integration.

INTRODUÇÃO

No passado, vivíamos a época do desrespeito ao diferente. Hoje, vivemos em uma sociedade plural, a norma é o bem da coletividade. Partindo desse princípio, é importante entender que em meio à diversidade é necessário aceitar a heterogeneidade.

Somos filhos do capitalismo, vivemos competindo com o relógio. Hoje, não temos mais espaço para ações corriqueiras, pois isso é para muitas pessoas perda de

¹ Professor de História da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Atualmente cursando Graduação em Educação Física e Especialização em Direitos Humanos pela UFPE.

² Professor da UEPB. Doutor em sociologia.

tempo. Queremos aproveitar ao máximo o nosso dia e muitas vezes esquecemos que a vida é feita de pequenos momentos.

Em uma época na qual tudo é competição, as pessoas parecem que esqueceram o termo respeito. Com essa reflexão queremos abrir espaço para falar de um assunto de extrema importância: os ESTIGMAS que a pessoa com deficiência AINDA carrega na sociedade. Para isso buscaremos responder ao seguinte questionamento: quais os estigmas que inibem a efetivação da inclusão da pessoa com deficiência na escola?

No livro *Estigma* (1963), Goffman já combatia ativamente o olhar preconceituoso com que a pessoa com deficiência era tratada: “Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original.” Infelizmente esses termos continuam sendo usados.

Hoje, fala-se muito mais de inclusão do que em outras épocas, mas na prática, ainda existem muitas barreiras. Durante muitos anos as pessoas com algum tipo de deficiência eram desrespeitadas ou até mesmo mortas. Felizmente não se admite mais ações criminosas como essas. As marcas trazidas no corpo não podem ser fonte de exclusão.

Nesta pesquisa, temos alguns objetivos a serem desvelados:

- Apresentar um panorama histórico da Educação Especial;
- Identificar como foi a transição do processo de integração para o de inclusão da pessoa com deficiência;
- Verificar quais são os estigmas que estão presentes na escola.

Baseando-nos nesses objetivos, o presente texto irá trazer reflexões sobre a história da educação especial. De acordo com Mittler (2003, p. 25) “no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a toda a gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Nesse contexto entendemos que a meta principal da inclusão é promover a interação entre os alunos, impedindo, assim, o isolamento ou a segregação entre as pessoas.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa seguimos um caráter exploratório segundo Gil (2010, p.28) “Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla”. Como temos o objetivo de aprofundar esse tema em

trabalhos futuros dialogamos com autores que nos possibilitaram ampliar as nossas concepções sobre o presente assunto.

Tivemos como base teórica a obra Estigma de Erving Goffman (1963) a partir dela fizemos uma ampla pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010, p.50) “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos”.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Falar de deficiência é quebrar paradigmas. Em pleno século XXI, as pessoas ainda não acordaram para a necessidade de dialogar e estudar esse tema. No decorrer da história, percebemos que em diversas sociedades antigas quem apresentava alguma deficiência ficava isolado.

Tomemos como exemplo as civilizações grega e romana, ambas davam grande importância à perfeição do corpo. Essas sociedades selecionavam quem deveria viver e quem deveria morrer. Na cidade de Esparta, as crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram abandonadas nas montanhas ou então mortas. Segundo os estudos de (GAIO, 2004) tal característica não se dava apenas na Grécia, em Roma essas crianças eram jogadas nos rios, pois eram associadas à imagem do diabo, a atos de feitiçaria ou como castigo para pagar pecados antigos, não devendo, portanto, terem direito à vida.

Quando pesquisamos sobre arte antiga, por exemplo, nos deparamos, quase sempre, com diversas esculturas, e ao observar essas imagens fica fácil entender como o culto ao corpo e a exaltação ao mais forte era representada na antiguidade.

Erving Goffman, no livro ESTIGMA: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada nos propõe um entendimento sobre os estigmas que as pessoas trazem consigo, nos oportunizando com esse texto compreender como os gregos pontuavam essas marcas:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. (GOFFMAN, 1963, p.5)

Ao falar de educação especial nos dias de hoje fica evidente que esse olhar era extremamente preconceituoso. Infelizmente muitos desses estigmas ainda continuam existindo, mesmo que de forma disfarçada. No decorrer da história, mais

especificamente durante a Idade Média (476 – 1.453) as pessoas com deficiência eram vistas como seres demoníacos. Acreditava-se, nesse período, que elas possuíam espíritos maléficos.

Na transição do medievo para a modernidade tivemos uma grande quebra de paradigmas. O homem centrou-se na busca pelo saber e rompeu com a visão teocêntrica da igreja. É nesse cenário de mudanças e transformações que a educação começava a chegar às camadas menos favorecidas. O ensino em alguns países começava a ser pensado para todas as pessoas, inclusive para aquelas que tivessem alguma deficiência física.

O ensino para deficientes visuais, por exemplo, teve seu ponto de partida na Europa, com a ação de Valentin Haüy, nos fins do século XVII, e a Fundação da Institution des Jeunes Aveugles, na França. Em 1784, Valentin Haüy fundou em Paris o Instituto Nationale des Jeunes Aveugles (Instituto Nacional dos Jovens Cegos), onde eram utilizadas letras em relevo para ensinar os cegos a ler.

Em 1819, o francês Charles Barbier sugeriu a utilização de pontos salientes de forma codificada e expressiva para o desenvolvimento da escrita, representando trinta e seis sons básicos da língua francesa, sendo este destinado à transmissão de mensagens no campo de batalha, com o intuito de não atrair a atenção dos inimigos.

Dez anos depois em 1829, Louis Braille, um jovem estudante que havia ficado cego após acidente doméstico, adaptou a invenção de Barbier para atender as necessidades dos cegos.

Deixando a Europa e chegando ao Brasil, tivemos um longo percurso em que pouco se falava de pessoas com necessidades educacionais especiais. Para (ARANHA, 2002) o período colonial, em nosso país, foi caracterizado pela ausência total de políticas públicas voltadas para o atendimento desse segmento da população. Nesse contexto, a educação encontrava-se sob a responsabilidade exclusiva das famílias, as quais ficavam à mercê de suas possibilidades pessoais, sociais e econômicas, bem como de suas crenças religiosas. Infelizmente a educação brasileira durante essa fase era quase uma exclusividade da elite do nosso país.

Com a expulsão dos jesuítas do território português no final do século XVIII e a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 é que a educação começa a ser vivenciada de forma mais ampla em nosso país. Porém ainda estava atrelada à elite que recebia aulas de professores vindos da Europa. Para os filhos da classe rica tínhamos a atuação de profissionais, em sua maioria de origem francesa, sempre bem remunerados.

(FREIRE, 1989) relata ainda que para os demais, restavam apenas aulas avulsas de leitura e escrita, ministradas por professores improvisados.

Se a educação destinada às pessoas, no âmbito geral, era praticamente inexistente, esta não era se quer pensada para as pessoas com necessidades especiais. Como afirma (BARBOSA, 2006, p. 18) a falta de conhecimento mais efetivo a respeito dessas pessoas fez com que fossem marginalizadas, excluídas do sistema regular de ensino.

Mas o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais vai ter o seu início de fato, no Brasil, no fim do século XIX, quando foram criadas duas escolas especializadas, de cunho residencial.

Uma dessas instituições, denominada de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que foi inaugurado em 1854 que, mais tarde, passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant. A outra, que recebeu o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, foi fundada em 1857, sendo hoje denominada de Instituto Nacional de Surdos – INES (MAZZOTTA, 1996).

Tais escolas foram consideradas as primeiras instituições federais de atendimento as pessoas com deficiência no país, sendo na atualidade subordinadas ao MEC³, representando o marco inicial da Educação Especial no Brasil e na América do Sul.

Até o final do Império, existiam no Brasil apenas duas instituições para o atendimento de deficientes mentais, seis para deficientes auditivos e múltiplos – e, assim mesmo, em decorrência da luta e da sensibilidade de profissionais e de pessoas que lidavam com esse segmento da população (JANNUZZI, 1985).

É importante frisar que em todas essas escolas era desenvolvido um atendimento segregado e restrito, atingindo uma clientela bastante reduzida e, portanto, pouco significativa, frente às reais necessidades da população.

A educação oferecida às pessoas com deficiência foi, por muito tempo, considerada como diferenciada da educação regular. Essa diferença estava relacionada tanto ao tipo de aluno que recebia como também à proposta curricular operacionalizada, aos recursos utilizados, que buscavam atender exclusivamente às necessidades dos mesmos, com o objetivo de favorecer o processo de ensino-aprendizagem dessa parcela da população.

³ Ministério da Educação e Cultura

Esse fato separou e diferenciou o ensino direcionado para essas pessoas daquele ensino oferecido à maioria da população, passando a ser denominado de Ensino Especial, sendo destinado, apenas, às crianças, aos jovens e aos adultos considerados como anormais, que depois, passaram a ser denominados de excepcionais⁴. (BARBOSA, 2006 p.22)

Por outro lado, não podemos deixar de citar o processo de formação do professor especializado, este teve seus primeiros momentos na década de trinta do século XX, através da atuação da Sociedade Pestalozzi, criado por Helena Antipoff⁵, em Belo Horizonte, que logo foi expandido por vários estados brasileiros.

Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que se impulsionou a busca de professores preparados para atender às exigências do programa de Educação Especial. Em 1959, surge o primeiro curso intensivo de especialização, organizado pela Sociedade Pestalozzi do Brasil (MAZZOTTA, 1996).

Os anos cinquenta e sessenta foram decisivos para a expansão de cursos de formação dos recursos humanos em Educação Especial, embora numa perspectiva segregacionista. Na década de sessenta do século XX, foram instituídas as campanhas de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, Auditivos e Visuais, com o objetivo de oferecer assistência técnica e financeira às Secretarias de Educação e aos Institutos Especializados para implantação e o aperfeiçoamento de serviços educacionais destinados aos excepcionais. (BARBOSA, 2006 p.24)

Nesse mesmo período em fins dos anos cinquenta, inicia-se em alguns países da Europa uma época de integração de pessoa com deficiência, principalmente na Suécia e na Dinamarca. Logo, a integração, tinha como objetivo a busca de condições, tão próximas quanto possíveis, daquelas oferecidas às demais pessoas, para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com alguma deficiência. Em outras palavras, busca-se colocar ao alcance dos mesmos os benefícios e as oportunidades de vida existentes na sociedade, de uma maneira geral.

A intenção de colocar a aluno com deficiência no sistema regular, sem, no entanto, haver uma preocupação de oferecer os recursos necessários para a efetiva integração, no Brasil, começou a se propagar, no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX.

⁴ Termo utilizado, principalmente a partir da década de 70 do séc. XX, para definir as pessoas portadoras de deficiência, com superdotação ou problemas de conduta, depois chamados de necessidades educacionais especiais.

⁵ Helena Antipoff, psicóloga e educadora, nasceu na Rússia, em 1892. Antipoff veio para o Brasil a convite do Governo de Minas Gerais para trabalhar na reforma do Estado, especialmente na formação dos professores das escolas públicas utilizando o método divulgado pelo movimento da Escola Nova.

Vários teóricos buscavam explicar o que se entendia por integração. Para Sasaki (1997, p. 30), a “integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas às pessoas por vários séculos”.

No entanto, não podemos desconsiderar o avanço que o movimento de integração trouxe, a partir da evolução de um sistema de educação antes totalmente segregado e no qual os alunos com necessidades educacionais eram concebidos como incapazes de aprender.

Esse novo olhar sobre tais alunos, agora como seres capazes de aprender juntos com outros em uma classe regular, prevaleceu durante toda a década de 80. Como diz Mantoan (1997, p. 145), “pelo menos teoricamente [houve] oportunidade do aluno, em todas as etapas da integração, transitar do sistema regular ao ensino especial”.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, através de seu artigo 208, enfatiza a “Educação Especial como dever do Estado e, no Parágrafo III, garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (CARVALHO, 1997, p. 92).

Com a chegada da década de 1990 e com as críticas ao movimento de integração, ganha força, gradativamente, o movimento em prol da inclusão, que veio apoiado em compromissos firmados por vários países, entre eles o Brasil.

De 7 a 10 de junho de 1994, na Espanha, 91 governos e 25 Organizações, defenderam os princípios da Inclusão através do reconhecimento da ideia e da prática de uma escola para todos, isto é, de uma escola que incluísse todas as pessoas, celebrando as diferenças, colaborando para a aprendizagem e respondendo adequadamente a todas as necessidades dos alunos.

Nesse período, o vocábulo *integração* começa a ser abandonado, uma vez que o objetivo não é mais integrar, e, sim, incluir o aluno ou um grupo de alunos que foram excluídos do referido sistema, tendo como meta não deixar ninguém fora do ensino regular, de modo que o sistema em apreço considere as necessidades de todos os alunos e que a escola seja estrutural levando em consideração essas necessidades individuais.

A meta é não deixar ninguém fora do sistema regular de ensino, logo o sistema deve adaptar-se às particularidades dos alunos e não o contrário como ocorria no passado.

A escola inclusiva é aquela que se encontra aberta para todos os alunos, à medida que: “acolhe, educa e ensina a todos ao mesmo tempo, respeita as diferenças individuais, estimulando em especial o desenvolvimento da capacidade do aluno

aprender a aprender” (BRASIL, 1999, p. 14.). Logo, no século XXI, falar em inclusão é compreender que todos têm direitos iguais, mas temos subjetividades distintas.

Para Sasaki (2010, p.135) “Educação de qualidade é aquela que atende às necessidades de cada aluno, respeita o estilo de aprendizagem de cada aluno, propicia condições para o atingimento de objetivos individuais e utiliza as 12 inteligências de cada aluno”. Esta é a escola que inclui, que acolhe e aceita as diferenças em meio à diversidade.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) “as crianças e os jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades”, logo a escola precisa compreender que não é a criança que deve se adequar a escola, mas a escola que deve ser adequar à criança.

CONCLUSÃO

É fato que ainda existem muitos estigmas: atitudes preconceituosas, desrespeito às limitações, falta de igualdade de condições, entre outros. No decorrer dos anos percebemos que muitos preconceitos já foram superados. As famílias têm entendido que a pessoa com deficiência precisa ter contado com outras pessoas.

Durante os nossos estudos ficamos em alguns momentos reflexivos: a escola atual integra ou inclui a pessoa com deficiência? O legislativo formula as leis, o executivo aprova, mas muitas vezes não temos condições de cumpri-las. Isso ocorre pelo fato de não termos a estrutura necessária. Não basta a lei.

É notório que a legislação tem avançado, um exemplo é a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como um componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas do sistema federal de ensino.

Consideramos essa lei um ganho, pois ampara em “parte” a pessoa com surdez. Mas, é fato que a maioria das escolas do país não tem mão de obra especializada na área. Outro ponto importante para ser refletido é que não existe apenas a surdez como deficiência. O profissional que trabalha com o ensino básico precisa ser preparado para lidar com as diversas deficiências.

Entendemos que é necessário haver nos cursos de formação de professores um espaço mais amplo para dialogar sobre o atendimento à pessoa com deficiência. Um currículo mais reflexivo. É necessário que haja nos cursos de licenciatura pelo menos uma disciplina de educação especial, conforme já existe nos cursos de pedagogia. O fato é que o docente chega à escola completamente despreparado. Muitas vezes o professor não foi capacitado para lidar com essa demanda que precisa ser verdadeiramente incluída.

Apesar de todos os problemas existentes, não podemos negar os avanços. Hoje, as universidades têm promovido muitos momentos de discussão sobre o tema. Tudo isso converge para diminuir os preconceitos que ainda existem contra a pessoa com deficiência. Outro ponto importante é que o governo precisa proporcionar mais momentos de formação para os professores das redes municipal e estadual para que de fato a inclusão da pessoa com deficiência possa ocorrer na escola.

Nessa perspectiva, acreditamos que profissionais preparados podem colaborar de forma mais eficaz no ensino aprendizagem da pessoa com deficiência e poderá contribuir para solucionar ou diminuir os estigmas que ainda circundam a inclusão na escola.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Saleta Fábio. **Reflexão sobre valores permeiam o decreto 3.298/99.** Disponível em: <<http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/pub04.html>>. Acesso em 12/08/2014.

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito. **Por uma pedagogia inclusiva.** Joao Pessoa: Manufatura, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial.** São Paulo: WVA, 1997.

CORREIA, Luís de Miranda (2003). **Educação Especial e Inclusão: Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo.** Porto: Porto Editora.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2014.

ESPAÑA. Ministério da Educação e Ciência. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais.** Espanha: UNESCO, 1994.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos.** São Paulo: Cortez, 1989.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial.** Petrópolis, RJ: VOZES, 2004.

GOFFMAN, Ervenig. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Egler e col. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Mennon, 1997.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: historia e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, M. T. E. et al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon/SENAC, 1997, p. 67 – 76.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 2010.